

A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo na expressão da hipótese¹

Fernanda Cunha Sousa
(UFJF)

RESUMO: Este trabalho visa a analisar a alternância entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito do indicativo em excertos de correspondências entre a Coroa Portuguesa e autoridades da Coroa no Brasil durante o século XVIII². A análise deste material baseia-se nos pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, focalizando os processos de expressão da hipótese por meio dos tempos verbais acima referidos.

Palavras-chave: alternância; pretérito imperfeito do indicativo; futuro do pretérito do indicativo; Sociolinguística Variacionista.

Introdução

A alternância entre os tempos verbais do pretérito imperfeito e futuro do pretérito se torna possível pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso. O que nos intriga é/são o(s) motivo(s) que leva(m) o falante a optar por uma forma ou por outra.

Segundo Tarallo, o universo da língua “se configura como um campo de batalha em que duas (ou mais) maneiras de dizer a mesma coisa (chamadas variantes linguísticas) se enfrentam em duelo de contemporização por sua subsistência e coexistência” (1997, p. 05, 1º §). E uma importante questão a ser levantada é a relação entre língua e sociedade.

A Teoria da Variação Linguística visa a analisar e a sistematizar variantes linguísticas usadas por uma mesma comunidade de fala. No meio social, coexistem variantes, e deve-se analisar o uso mais provável de uma ou outra (TARALLO, 1997, p. 6, 1º e 4º §).

De acordo com esse autor, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e, geralmente, aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade, enquanto as variantes inovadoras, na maioria das vezes, são não-padrão e estigmatizadas pelos membros da sociedade (TARALLO, 1997, p. 12). Mas isso parece não se verificar de forma tão marcada no fenômeno aqui estudado. Os falantes reagem naturalmente tanto a uma quanto a outra variante. É provável que o interlocutor considere positivamente aquele que utiliza em seu discurso o futuro do pretérito do indicativo, porque mostra uma fala de elevado prestígio social – o que não implica em dizer que vá estigmatizar aquele que utiliza o imperfeito para a expressão da hipótese, tendo em vista o largo uso que se faz desta última forma, principalmente – parece-nos – em contextos informais de fala.

Mas isso não é novidade na nossa língua. De acordo com o estudo de Ângela Vaz Leão (1961), já no Português arcaico há registros do fenômeno estudado.

Câmara Jr. (2000 [1970]) aponta para esse uso *metafórico* do pretérito imperfeito para indicar modalmente a irrealidade, uma função que, apoiado em Jespersen, afirma caber naturalmente ao passado.

Weedwood confirma que uma língua pode adquirir ou perder distinções gramaticais.

¹ A análise contida neste artigo faz parte de dissertação com mesmo título, defendida em 29 de maio de 2007 para obtenção do título de Mestre em Linguística junto à UFJF sob orientação do Professor Dr. Mário Roberto L. Zágari.

² Este material foi gentilmente cedido a nós pelo laboratório de História Econômica e Social da UFJF.

Em Portugal, o Futuro do Pretérito é muitas vezes expresso pelo Imperfeito do Indicativo (eu gostava de morar aqui, no lugar de gostaria), fenômeno que também se verifica no Brasil (se eu tivesse dinheiro, comprava um carro novo). O que era expresso por meio de um dispositivo gramatical pode vir a ser expresso por meio de outro (WEEDWOOD, 2002, p. 113, 1º §).

E talvez essa distinção de situações de uso seja uma das justificativas para que se mantenham vivas as duas formas, apesar de concorrerem em muitos contextos. Por isso, tais diferenças de *estilo* devem ser consideradas durante a análise dos dados.

Vamos iniciar a investigação recorrendo à história de nossa língua desde o Latim para fazer um encaixamento histórico do processo, voltando, em seguida, para analisar os dados colhidos.

1. Do latim ao português – a evolução de tempos verbais

De acordo com Cuesta e Luz (1971), a Língua Portuguesa tem um caráter conservador que se manifesta especialmente nos verbos, cuja configuração está mais próxima dos verbos latinos que a configuração da maior parte das chamadas línguas românicas.

Assim, o Português mantém como herdeiro do Latim o imperfeito do indicativo, entre outros.

Coutinho explica com detalhes como teria ocorrido o surgimento do futuro do pretérito: tal fato se teria dado ainda no Latim vulgar, e não no Português, como normalmente se ensina. Teria surgido para traduzir o futuro do perfeito ou condicional, expresso no Latim clássico pelo imperfeito do subjuntivo,

(...) uma perífrase verbal, formada do infinitivo de um verbo e do imperfeito do indicativo de *habere*. (...) A partir do século V, há inequívocos exemplos de tal prática. Na composição, as formas do imperfeito de *habere* muito se modificaram. Por dissimilação, *habebam*, *habebas*, etc. reduziram-se a **abéam*, **abéas*, etc., cujo grupo átono *ab-* caiu do mesmo modo que no futuro. Ficou destarte o imperfeito reduzido a *-*éam*, *-*éas*, *-*éat*, *-*éamus*, *-*éatis*, *-*éant*, que se formaram em *-ia*, *-ias*, *-ia*, *-íamos*, *-íeis*, *-iam*. (COUTINHO, 1984, p. 277, 2º §)

2. O porquê das mudanças

As mudanças nos tempos verbais ocorreram predominantemente em função da economia. Ao longo do tempo, os falantes foram introduzindo mudanças nos quadros verbais de sua língua de acordo com a necessidade de comunicação. Trata-se de um processo constante. Não se trata de evolução (no sentido de que se parte de uma forma menos desenvolvida para algo mais elaborado) e muito menos de empobrecimento, mas de mudança; e o que é produtivo não *cai*, cristaliza-se, como ocorreu com as expressões construídas com pretérito mais-que-perfeito como *pudera eu*.

3. A expressão da hipótese no Latim

O Latim vulgar teria conservado uma tendência do Latim arcaico à concordância dos tempos; e, quando aparece a perífrase formada de infinitivo + imperfeito do indicativo na apódose, esse mesmo tempo passa a se apresentar também na prótase: *Si cantabat, bene facere habebat* (Se cantavas, bem havias de fazer) (LEÃO, p. 46, 2º §).

No esquema *Si cantauisset, bene faciebat*, a forma *-isse* logo assume valor de imperfeito e surge, então, o imperfeito do indicativo na oração condicionada. Esse é um fenômeno popular difundido por quase toda a România e aproveitado pela língua literária para efeitos estilísticos. Ex.: *Se fosse você, decidia isso logo* (LEÃO, 1961, p. 47-48).

Da construção *Si cantauisset, bene faciebat*, com extensão do imperfeito do indicativo à prótase, estabelecendo uma simetria verbal: *Si cantabat, bene faciebat*, houve uma inovação da sintaxe românica de uso oral e popular (LEÃO, 1961, p. 50, 2º §). O que nos lembra muito uma frase ouvida por nós, dentro de um ônibus, no dia 20 de setembro de 2005 a caminho da faculdade: um passageiro contava a outro um caso, ocorrido em sua residência, que muito o aborrecera; e terminava com a seguinte pergunta: *E se ele era seu filho, o que é que você fazia?* A construção dessa pergunta resume bem o processo de variação a ser abordado, em que o falante usa, de forma condensada, o quadro verbal de que a língua dispõe e *substitui* tanto o imperfeito do subjuntivo esperado para a primeira oração – chamada de prótase condicionante – quanto o futuro do pretérito do indicativo previsto pela gramática tradicional para a segunda – chamada apódose condicionada³.

Embora estejam separados por mais de 2000 anos de distância, não há como negar a proximidade da expressividade desses dois períodos.

Said Ali se refere ao fenômeno aqui estudado da seguinte maneira:

Na linguagem familiar do português hodierno costuma-se substituir ao futuro do pretérito o imperfeito do indicativo: se eu pudesse andava mais depressa. Vem de longe este falar vulgar, chegando a ser aceito na linguagem escrita (ALI, 1964, p. 336, 1º e 2º §).

Temos, a partir deste comentário de Said Ali, o registro de que essa oscilação continua a ocorrer, e podemos ter ainda uma visão de como esse fenômeno era visto pelos estudiosos de língua contemporâneos a este autor: era algo próprio da linguagem familiar, ou seja, mais informal, visto até de maneira pejorativa, com um juízo de valor negativo.

4. Oralidade *versus* escrita

É muito importante considerarmos que as correspondências que nos propomos analisar aqui – juntamente com as redações já referidas - não eram escritas de próprio punho por aqueles que as assinavam, mas ditadas para escrivães oficiais, o que, acreditamos, permitia que se passassem traços de oralidade para os referidos textos, influenciando na ocorrência do fenômeno por nós estudado.

Devido ao caráter corporativo e hierarquizado da sociedade da época, *servir, pedir, dar, receber e agradecer* seriam atitudes formadoras de um círculo de dependência, em que o rei outorgava cargos remunerados de prestação de serviços à Coroa a pessoas de influência

³ Classificações de acordo com Leão (1961).

que, de certa forma, tivessem ajudado o monarca. Os cargos em questão, entre outros, eram mais uma retribuição de favor do que o reconhecimento de uma habilidade comprovada, e eram, ainda, títulos vitalícios – ou seja, passavam de pai para filho. Portanto, apesar da exigência de serem alfabetizados, não era obrigatório que os ocupantes de tais cargos tivessem estado em uma universidade, por exemplo – embora isso fosse possível, já que as famílias abastadas do Brasil mandavam seus filhos estudarem no exterior. Mesmo assim podemos supor que houvesse certa preocupação com a escrita por causa dos destinatários na Coroa.

O que permanece para estudo de um estado anterior da língua é a documentação escrita – o que, a partir do surgimento das gramáticas, é uma representação mais ou menos convencionalizada da fala. Portanto, esses documentos nos permitem tirar conclusões até certo ponto seguras, já que, apesar de haver uma normatização, não havia grande difusão dessa norma, podendo, então, a variação escrita oferecer indícios da língua falada naquele período (SILVA, 2006, p. 42).

Além disso, há em algumas obras já citadas de referência teórica menções a alguns traços tidos como expressão de oralidade, incluindo como um desses traços – como já vimos – o uso do imperfeito do indicativo na estrutura hipotética.

E, mesmo nos textos atuais, de acordo com o comprometimento / envolvimento do falante com o que se está produzindo, traços de oralidade podem ser percebidos, ocasionando oscilações entre usos de variantes mais ou menos formais até num mesmo trecho. Julgamos estar diante desse fenômeno ao vermos, num mesmo segmento, usos do futuro do pretérito ao lado de usos do imperfeito para expressão da hipótese.

5. A expressão do tempo em Português⁴

De acordo com Rodolfo Ilari (2001, p. 9), não há uma correspondência biunívoca entre os recursos expressivos e os conteúdos a serem transmitidos. Sendo assim, uma mesma circunstância temporal pode ser expressa por várias formas. Além disso, muitas construções utilizáveis para expressar tempo exprimem também outros conteúdos, sobretudo de modo e aspecto – o que exploraremos mais à frente.

Há, sim, motivação para a escolha de uma ou outra forma em função também da necessidade de expressividade do falante no momento da produção, seja ela oral ou escrita.

É preciso considerar também o momento de referência, importante noção para se compreender certas determinações temporais que a sentença sofre no *co-texto narrativo*, já que, quando não há indicações mais específicas, é o co-texto anterior que fixa o momento de referência da oração seguinte (ILARI, p. 15, 2º §), formando uma progressão da construção do sentido. Essa noção de momento de referência, como veremos ao longo deste trabalho, será de grande importância para compreender o fenômeno aqui tratado, já que estamos falando em uma projeção para um universo hipotético criado pelo falante no momento da enunciação.

O lingüista faz a seguinte distinção:

- o tempo “situa o momento de ocorrência da situação a que nos referimos em relação ao momento da fala como anterior (passado), simultâneo (presente) ou posterior (futuro) a esse mesmo momento”. Trata-se de uma categoria dêitica, pois indica o momento da situação em relação à enunciação (TRAVAGLIA, 1985, p. 52, 1º §).

⁴ Neste capítulo, apoiamos-nos na obra de Rodolfo Ilari, *A expressão do tempo em português*, de 2001, pois a consideramos como a melhor e mais didática referência encontrada por nós sobre o assunto aqui abordado.

- o aspecto não é uma categoria dêitica, já que se refere à situação em si. “São diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna da situação, sua duração” (COMRIE, 1976, *in*: TRAVAGLIA, 1985, p. 52, 1º §).

A noção de aspecto indica ainda o grau de desenvolvimento, de realização da situação (TRAVAGLIA, 1985, p. 52).

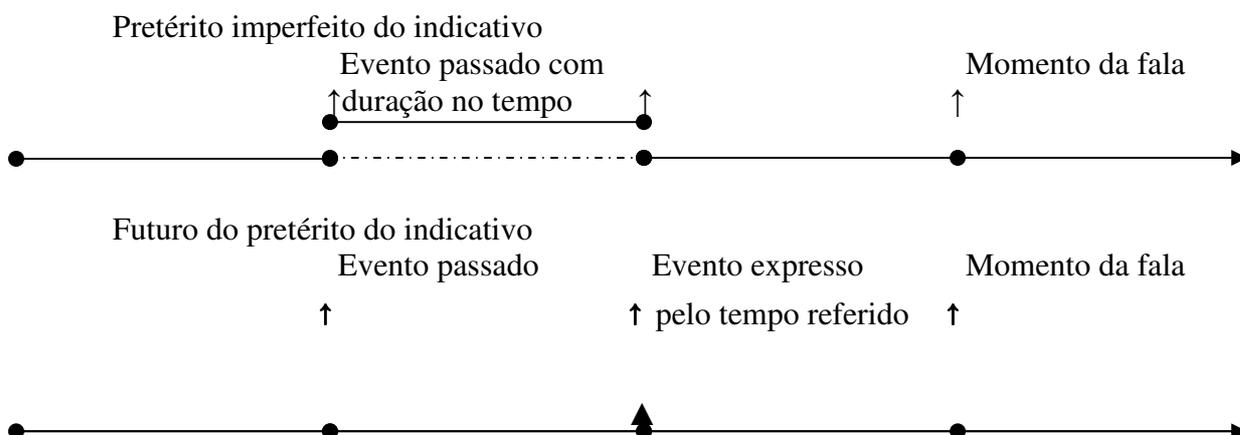
De acordo com Travaglia (1985, p. 169-170), apesar das possibilidades de expressão de aspecto (durativo, indeterminado, iterativo, habitual, cursivo, imperfectivo, durativo, inceptivo, terminativo), o pretérito imperfeito do indicativo não atualiza nenhum aspecto quando: é usado em vez do futuro do pretérito para expressar uma situação que seria consequência de uma outra ação que não ocorreu. Já o futuro do pretérito não é considerado como capaz de expressar uma noção de aspecto. Isso se deve a dois fatores:

- marcação de tempo futuro, que atribui à situação uma espécie de realização *virtual*, abstrata, pois ainda não ocorreu de fato;
- a noção de futuro agrega a esses tempos um valor modal. (TRAVAGLIA, 1985, p. 70, 2º §)

O autor frisa que não está dizendo com isso que não há expressão de aspecto nos referidos tempos verbais, mas que estes não marcam aspecto; isto dependerá, então, de outros recursos, como adjuntos adverbiais, por exemplo, como dissemos ser possível no capítulo A expressão da noção de aspecto (TRAVAGLIA, 1985, p. 173-174).

A partir da afirmação de Travaglia de que nem o futuro do pretérito nem o pretérito imperfeito usado em lugar daquele marcam aspecto, mas sim modo, torna-se indispensável para nosso estudo a caracterização desta noção a ser expressa pelos referidos tempos verbais.

Fazendo uso da metáfora de tempo visto como espaço (de acordo com os estudos de LAKOFF e JOHNSON, 1980), poderíamos esquematizar uma espécie de linha temporal, onde os tempos verbais aqui estudados se localizariam, numa esquematização básica, da seguinte forma:



Mas, como já mencionamos, além de exprimir um processo posterior a um processo passado, o futuro do pretérito pode exprimir também hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento do falante ou, ainda, modéstia ou cerimônia.

Já o imperfeito pode exprimir um processo passado com duração no tempo, podendo também ser usado para expressar irrealidade. A partir daí, abre-se uma possibilidade para o intercâmbio entre as duas formas, com as referências à hipótese, probabilidade, incerteza, não comprometimento, modéstia, cerimônia, irrealidade e, ainda, possibilidade.

Além destas questões, há também o fator da modalização, que aponta a atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional do enunciado, “distinguindo o *dictum* do *modus*. O *dictum* é o conteúdo proposicional e o *modus* é o que determina a atitude ou o modo como aquilo que se diz é dito” (SILVA, 2002, p. 482, 2º §). Envolvendo, dessa maneira, “gradações semânticas indicativas de dúvida, hipótese, certeza, intenção, desejo, obrigação, nuances que fazem parte da estruturação do discurso e são importantes do ponto de vista pragmático” (SILVA, 2002, p. 482, 2º §).

Ainda segundo Silva, “o conteúdo de verdade em um ato de fala vem sempre mesclado com o conhecimento e julgamento do falante”, e, portanto, “toda verdade contida em um ato de fala traz consigo a avaliação do falante acerca das coisas do mundo” (SILVA, p. 484, 5º §; p. 489, 4º §).

Silva (2002, p. 481, 3º §), seguindo Weinrich (1970, p. 40), também nos ajuda a pensar sobre o assunto: para ele, “a linguagem está completamente desinteressada da realidade ou não-realidade dos eventos”, ela se liga ao modo como seus usuários consideram esses eventos. Portanto, o universo de referências para a interpretação de um enunciado depende do conhecimento de mundo, das expectativas e observações dos participantes do discurso. O que vem confirmar que, a partir do momento em que o falante se projeta para o universo criado por seu discurso, torna-se possível falar sobre seqüências de acontecimentos dentro desse universo criado como se tivessem, de fato, acontecido, levando em consideração a posição assumida pelo falante em relação ao enunciado proferido.

Segundo Pontes, o que parece que une esses tempos verbais usados de modo diferente do previsto pela gramática é a eliminação da distinção entre o modo do real e o modo do irreal.

6. Pretérito imperfeito *versus* futuro do pretérito

O tempo passado é usado para exprimir um processo anterior ao momento da fala e pode manifestar-se pelo imperfeito, perfeito ou mais-que-perfeito. O imperfeito expressa um processo passado com duração no tempo (aspecto), indicando concomitância ou habitualidade, podendo ser usado ainda para indicar tempos passados concebidos como contínuos ou permanentes ou, metaforicamente, para expressar irrealidade (KOCH, 1995, p. 52-53).

Pontes, ao se referir ao fenômeno aqui abordado, diz que o pretérito imperfeito na língua coloquial atual substitui o futuro do pretérito (para os portugueses, modo condicional), que, segundo ela, tem seu uso atual restrito à literatura:

Se eu pudesse, eu ia / iria lá. (PONTES, 1990, p. 48, 4º §)

Segundo Pontes, o pretérito imperfeito pode indicar um tempo futuro, mas em relação a algo passado (futuro do pretérito), como em:

*Tudo ele tinha que fazer ontem, porque se deixasse pra hoje, juntava o serviço de ontem, complicava mais.*⁵ (III 25, p. 77, 1º §)

No exemplo acima, temos a primeira ocorrência do imperfeito referindo-se a uma obrigação que se estabeleceu no passado (*tinha que fazer*) e as duas ocorrências seguintes

⁵ Grifos nossos.

(*juntava, complicava*) se referindo a uma possibilidade que só se tornaria realidade se a primeira ação expressa não se tivesse cumprido (*tudo ele tinha que fazer ontem*).

Diante desse exemplo (além de outros apresentados no presente trabalho) podemos ver que há uma oposição temporal entre formas verbais que não se referem ao passado e outras que se referem, basicamente, ao passado, embora estas possam se apresentar neutralizadas em relação ao tempo. Assim, Pontes propõe que, “se não podemos dividir esquematicamente as formas verbais em presente, passado e futuro (...), podemos classificá-las” em formas que se referem ao passado e formas que não se referem ao passado (não-passado). (PONTES, 1972, p, 77)

Rodolfo Ilari (2001, p. 27, 3º §) destaca que uma seqüência de sentenças no imperfeito do indicativo em uma narrativa pode ser interpretada como indicação de que o momento de referência é o mesmo para todas, produzindo um efeito de descrição diferente daquele de uma seqüência de sentenças no perfeito do indicativo, que normalmente é interpretada como apresentação de fatos sucessivos. Segundo o autor, esta é uma das principais diferenças entre esses tempos.

É possível que isto se deva ao fato de o imperfeito poder designar processos que têm curta duração dentro da escala temporal, enquanto o perfeito indica ações mais pontuais. Por isso ações expressas no imperfeito podem coexistir, ocorrer num mesmo intervalo de tempo, ou em tempos diferentes, mas com uma interseção entre o fim de uma e o início da outra, enquanto as descritas pelo perfeito não podem ocorrer nas mesmas circunstâncias, mas somente como uma seqüência.

O tempo futuro indica um processo posterior ao momento da fala ou do fato narrado, e pode manifestar-se pelo futuro do presente ou do pretérito. O futuro do pretérito indica um processo posterior a algo passado, mas pode indicar também hipótese, probabilidade, incerteza, ou não comprometimento do falante com o que está sendo dito, além de valor de presente, exprimindo modéstia ou cerimônia.

Segundo Longo e Campos (2002), de acordo com Comrie (1986), os tempos verbais possuem um valor semântico nuclear, mas seus usos são determinados pragmática e/ou discursivamente, o que significa que o falante adapta os usos de determinados tempos verbais à sua necessidade de expressão em cada situação de fala. Mas isso não quer dizer que haja uma total liberdade de escolhas: é preciso respeitar a correspondências entre os valores semânticos nucleares dos tempos verbais – que, contudo, podem ser intercambiáveis.

Podemos dizer, portanto, com base nesta teoria, que a alternância entre os tempos verbais do pretérito imperfeito e do futuro do pretérito são possíveis conforme os contextos de uso, pelo fato de esses verbos compartilharem a possibilidade de manifestar traços de aspecto inconcluso.

Ainda de acordo com Longo e Campos (2002), seguindo Silva (1997), o futuro do pretérito pode ser usado com valor modal, exprimindo hipótese ou polidez (entre outros valores) sendo a interpretação temporal pouco freqüente. A forma sintética e a perifrástica do futuro do pretérito podem concorrer com o imperfeito do indicativo simples. Elas são usadas com valor temporal principalmente quando o falante adota a perspectiva prospectiva em narrativas.

7. O que os tempos em questão têm em comum

A explicação dada acima sobre como surgiu o futuro do pretérito em Português é de grande importância para justificar a troca que o falante faz entre esta forma e o imperfeito.

Pois, se o futuro do pretérito, como já dissemos, foi formado perifrásticamente a partir do infinitivo do verbo que se pretendia usar mais o imperfeito contraído do auxiliar *haver*, não é de se estranhar que a conjugação desse auxiliar contaminasse de certa forma a construção resultante.

8. A variação de usos entre pretérito imperfeito e futuro do pretérito na expressão da hipótese

Embora se reconheça que as noções de modo, tempo e aspecto estejam intimamente relacionadas em nossa língua, sendo praticamente impossível dissociá-las, elas estão caracterizadas a seguir, a fim de se esclarecer alguns pontos importantes para a discussão que pretendemos travar aqui.

A modalidade traduz a atitude do falante (de certeza, impossibilidade, solicitação, etc.) em relação ao fato que enuncia (KOCH, 1995), sua apreciação qualitativa em relação ao enunciado. Ela engloba todos os meios lingüísticos pelos quais o falante pode caracterizar a relação entre o participante em um determinado estado de coisas e a realização potencial deste estado de coisas.

A aspectualidade é uma categoria não dêitica pela qual se quantifica o evento expresso pelo verbo ou se expressa a constituição interna de momentos ou intervalos de tempo que se incluem nesse evento, ou seja, a duração do processo em questão. Faz-se a distinção basicamente entre perfectivo e imperfectivo.

Já a temporalidade é uma categoria dêitica que expressa relações de anterioridade, simultaneidade ou posterioridade entre os momentos da fala, do evento e da referência.

Diferentemente do tempo, que localiza um estado de coisas em relação ao momento da fala ou, ocasionalmente, a outro ponto preestabelecido no tempo, o aspecto verbal refere-se à estrutura de tempo interna de uma situação (LONGO e; CAMPOS, 2002).

De acordo com Koch (2003, p. 54, 1º §), segundo as considerações de Weinrich (1964), os tempos verbais podem ser usados como base para distinção entre dois tipos de atitude comunicativa: o mundo comentado e o mundo narrado. No primeiro, há um maior nível de comprometimento do falante com o enunciado, enquanto no segundo o falante se distancia do discurso, não se comprometendo, portanto, com o que é relatado. Com base nessa explicação, acreditamos que o uso do imperfeito aproxima o enunciado do mundo comentado, enquanto o uso do futuro do pretérito leva a uma aproximação do mundo narrado.

A seguir, analisaremos trechos do *corpus* levantado para este trabalho no qual se verifica o uso considerado padrão para o imperfeito do indicativo e futuro do pretérito do indicativo, além de trechos nos quais se verifica variação do uso do imperfeito do indicativo, ora expressando hipótese, - competindo, portanto, com o futuro do pretérito do indicativo - ora expressando ação costumeira que se realiza no passado, de acordo com a norma padrão.

9. Correspondências entre a Coroa Portuguesa e a Colônia

Antes de passarmos à análise, gostaríamos de fazer uma ressalva: foi feita uma aproximação entre a escrita do século XVIII e a escrita atual; estes textos foram escolhidos

pelo grupo de pesquisa do curso de História da UFJF, que gentilmente nos cedeu o material. Portanto, mantivemos este *corpus* tal como o recebemos.

O contexto de produção é o seguinte: trata-se de correspondências entre a Coroa Portuguesa e suas autoridades representantes na Colônia, mais especificamente em Minas Gerais. O assunto em questão é um problema que ganhava grandes proporções na época: o crescimento do número de negros forros e fugitivos. O que causava fortes tensões sociais, preocupando as autoridades locais, que recorriam à Cora em busca de auxílio.

Passamos agora a comentar os excertos das correspondências do século XVIII.

Texto I, 1ª parte analisada:

Que se me _____ V. Mag.e em ordem aos negros forros é que estes ordinariamente são atrevidos, mas no mesmo tempo trabalham todos na lavras de ouro, nas dos Diamantes, nas roças e comumente lascam para si de que se segue a V. Mag.e a utilidade de seus quintos, que seriam menos se eles não minerassem. (Conde de Galveias, Minas Gerais, Cx.: 22, Doc.: 41, 07/10/1732, pág. 63, 1º §)

No trecho acima, podemos observar o uso do verbo *ser* no futuro do pretérito do indicativo, indicando hipótese, em conformidade com a norma padrão. A estrutura presente é a seguinte: prótase condicionada (*que seriam menos*) e apódose condicionante iniciada pela partícula *se* (*se eles não minerassem*). O falante projeta, em sua fala, um universo possível, embora distinto do real, em que uma ação acarretaria outra, estabelecendo relação de condicionalidade entre um fato hipotético anterior e um posterior.

Texto I, 2ª parte analisada:

Faço saber a vós Conde das Galveas gov.a e Cap.m G. al das Minas que se viu o que respondestes em carta de 7 de outubro do ano passado a ordem que foi sobre informares, declarando se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania e do número deles e se havia freqüência em se lhe concederem as alforrias representando-me que o que se vos oferecia dizer-me em quanto aos negros forros era, que estes ordinariamente são atrevidos, mas no (?) mesmo tempo trabalhavam todos nas lavras de ouro, diamantes e roças e comumente lascavam para si de que se seguia utilidade aos meus quintos e que o número não era fácil saber-se, porque não houvera até agora quem o examinasse e quanto às alforrias não havia dúvida que muitas se faziam umas por gratidão de seus senhores por alguns serviços que deles recebiam e outras com o dinheiro que ajuntavam os mesmos negros: e no que respeitava aos mulatos forros, que estes são mais insolentes, porque a mistura que têm de brancos os enche de tanta soberba e vaidade que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver e assim vive a maior parte deles como gente ociosa. (documento pertencente ao Conde de Galveias, Minas Gerais, Pág 66, Cx.: 22, Doc. 41, 2º §, Lisboa Ocidental, 17 de junho de 1733)

Já nesse trecho, encontramos o imperfeito do indicativo expressando hipótese, ou seja, em competição com o futuro do pretérito do indicativo nas duas primeiras ocorrências registradas: *declarando se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania* – oração reduzida de gerúndio (*declarando*) e objeto direto oracional acompanhado pela partícula *se*, dando caráter incerto ao fato que se expressa na seqüência (*se se seguiam alguns inconvenientes de haver negros forros nesta Capitania*); *se havia freqüência em se lhe*

concederem as alforrias, também objeto direto oracional, completando a idéia do que deveria ser declarado ao Conde das Galveas na ocasião apontada na referida carta.

Mas devemos reparar que, nos casos acima, não se deixa de expressar certa noção de continuidade, duração no tempo, características *próprias* do imperfeito. O escritor da carta pretende saber se tais ocorrências costumam ocorrer, se há frequência na concessão de alforrias. Acreditamos, portanto, que estão mescladas nesses exemplos as noções de hipótese e habitualidade.

Essas noções estão também sobrepostas nos exemplos: *representando-me que o que se vos oferecia* - oração reduzida de gerúndio (*representando-me*) seguida de objeto direto oracional (*que o que se vos oferecia*), lembrando que, dessa vez, a partícula *se* não se encontra com função de condicionante como nos exemplos anteriores; na seqüência temos um novo desmembramento, uma oração reduzida de infinitivo (*dizer-me*), seguida de novo objeto direto oracional (*em quanto aos negros forros era*).

Essa sobreposição de valores torna difícil a classificação desses exemplos como predominantemente pertencentes a uma ou outra noção, já que fazem parte de um longo período encabeçado pela conjunção que indica condicionalidade/hipótese *se (declarando se se seguiam)*, mas fazendo referência a uma situação real em que a colônia se encontrava quando a carta a que esta serve de resposta foi escrita. Por isso, defenderemos que, apesar da forte mescla entre as duas noções citadas, a idéia de fato passado sobre o qual não há garantia de continuidade até o momento do enunciado se sobrepõe à noção de possibilidade de ocorrência. Na situação apontada, foram oferecidos ao rei dados de que se dispunha na época em que foi enviada correspondência. A quantidade de negros forros poderia não ser mais a mesma na época em que a carta chegou a seu destinatário. O escritor se precavê de qualquer prejuízo que possa ser causado pela imprecisão ou desatualização da informação transmitida ao utilizar o pretérito imperfeito.

Em seguida, o mesmo trecho apresenta nove ocorrências de verbos no imperfeito: *trabalhar, lascar, seguir, ser, haver, fazer, receber, ajuntar, respeitar*, mas, desta vez, traduzindo fatos com aspecto de habitualidade, além de ações com aspecto cursivo, ou seja, em processo no momento da enunciação: *mas no (?)⁶ mesmo tempo trabalhavam todos nas lavras de ouro, (...) e comumente laiscavam para si de que se seguia (...) e que o número não era fácil saber-se, (...) e quanto às alforrias não havia dúvida que muitas se faziam umas por gratidão de seus senhores por alguns serviços que deles recebiam e outras com o dinheiro que ajuntavam os mesmos negros: e no que respeitava aos mulatos forros, que estes são mais insolentes, (...)*. Mais uma vez o escritor se precavê de qualquer tipo de imprecisão nas informações contidas na carta, tendo em vista a demora entre um comunicado e sua resposta.

No final desse trecho, temos o verbo *poder* conjugado no futuro do pretérito, indicando a possibilidade de trabalho servil como alternativa de sobrevivência para os negros forros, segundo Dom João, fato este que não se verificava na realidade e, por isso, ainda segundo o rei de Portugal, a maior parte deles vivia como gente ociosa: *que fogem ao trabalho servil com que poderiam viver*.

Texto II, 1ª parte analisada:

Informando-me do número de mulatos e negros forros que poderia haver nestas Minas como V. Mag.e me ordena por carta de 17 de Junho do ano passado mandei aos oficiais de Milícias que assistem nas freguesias me remetessem uma lista de todos os que achassem nelas, declarando a ocupação que cada um tivesse e o exercício em que se empregava (...) (documento pertencente ao Conde de

⁶ Indicativo de que havia uma palavra nesse ponto do texto que não pôde ser compreendida pelo grupo de estudos do Departamento de História que nos cedeu o material.

Galveias, Minas Gerais, Pág 65, Cx.: 22, Doc. 41, 1º §, Vila Rica 10 de Março de 1734)

No trecho acima, encontramos o verbo *poder* conjugado no futuro do pretérito, indicando hipótese. Pretende-se saber o número provável de negros forros em Minas, e, em seguida, o verbo *empregar* no imperfeito. Embora fazendo parte do mesmo trecho em que aparece o *poder*, ou seja, incluindo-se nessa noção de possibilidade, há também a noção de fatos de ocorrência corriqueira dentro dessa realidade possível.

Esses acontecimentos são descritos no passado, pois, mais uma vez, são essas as informações de que o autor da carta dispõe. O Conde não pode afirmar com certeza que esses mulatos ainda se empreguem no mesmo ofício em que se empregavam quando mandou que os Oficiais de Milícia fizessem o levantamento, tendo em vista a demora entre a ordem e seu cumprimento em virtude das distâncias a serem percorridas.

Texto II, 2ª parte analisada:

(...) como a maior parte deles se acham ocupados nos ofícios mecânicos que exercitam nas lavras e roças, em que trabalham e alguns, sendo suas as ___ se reduz a muito menor número do que se imaginava os ociosos e vadios (...) (documento pertencente ao Conde de Galveias, Minas Gerais, Pág 65, Cx.: 22, Doc. 41, 4º §, Vila Rica 10 de Março de 1734)

O verbo *imaginar*, conjugado no imperfeito do indicativo, destacado no trecho acima, indica um ato passado com extensão no tempo, ou seja, pensou-se dessa forma, não momentaneamente, mas por algum espaço de tempo num período.

Texto III:

(...) com o interesse da sua liberdade a tudo se sujeitam, vivendo entre católicos, como se ainda estivessem nas suas gentilidades, vindo a ficar M(?) do desagrado de D.s aquela mesma que se devia respeitar por boa se fosse fundada na caridade e não na conveniência própria (...) (Câmara de Mariana, Minas Gerais, pág. 499 e 500 Cx.: 67, Doc.: 65, 1º §, 05 de maio de 1755)

Já o verbo *dever* que destacamos nessa passagem, embora conjugado no imperfeito do indicativo, é entendido, no contexto, como transmissor da idéia de algo a ser feito e que não o é – com noção de hipótese, portanto. Mas permanece – adjacente – a noção de duração do gesto de respeito nesse tempo hipotético.

Texto IV:

Mandando V. Mag.e que as Companhias de Ordenança nos seus distritos uma vez ou duas cada mês em os mesmos dias em cada termo e comarca assaltem e procurem as matas as quartinando cada uma na freguesia respectiva, tomadas as estradas sem dúvida serão todos os negros fugitivos e malfeitores presos ou mortos, quando se não entreguem, porque se acaso algum escapasse de alguma freguesia cafa na outra, aonde ao mesmo tempo achava gente armada de quem facilmente não podia escapar e castigados com a pena respectiva aos delitos, e pela terceira vez pena Capital só pelo crime da fugida: parece, Senhor, se extinguirão os ladrões, não haveriam negros fugidos e finalmente estariam os vassallos de V. Mag.e sucegados, os caminhos desembaraçados e as famílias sem

O trecho acima traz uma sugestão de medida a ser tomada pelo rei de Portugal para acabar com os problemas de negros fugitivos na colônia do Brasil. Conclui-se que nada disso teria sido feito ainda, mas aquele que faz a sugestão usa conjugados no imperfeito do indicativo os verbos que expressam essa situação hipotética de tentativa de fuga e captura. Neste caso, todo o período é encabeçado por uma prótase condicionante com verbo no imperfeito do subjuntivo (*se acaso algum escapasse de alguma freguesia*), iniciada pela conjunção condicionante *se* e reforçada pelo uso do advérbio *acaso* com idéia de hipótese, seguida das apódoses condicionadas pelo ato expreso na primeira oração (*caía na outra; achava gente armada; não podia escapar*).

Mas também se pretende transmitir, nesse trecho, a noção de habitualidade, de recorrência: todas as vezes em que os negros tentassem fugir, dentro desse universo hipotético no qual a medida seria adotada, cairiam em ciladas, encontrariam gente armada e não poderiam fugir.

O interessante é que, na mesma frase, ao expressar o esperado resultado de tal sugestão, o autor da carta faz uso do futuro do pretérito na conjugação dos verbos *haver* e *estar* para expressar a noção de hipótese, de algo que só ocorreria em seu imaginário: (*não haveriam negros fugidos e finalmente estariam os vassalos de V. Mag.e sucegados*). Esse trecho é, portanto, extremamente representativo para ilustrar a possibilidade de alternância já existente no século XVIII entre tais tempos verbais.

Na análise destas correspondências, e de outras constantes no *corpus* reproduzido em anexo, foram observadas vinte e quatro ocorrências das formas verbais aqui estudadas:

Futuro do Pretérito	Imperfeito	Imperfeito
(com idéia de hipótese)	(com idéia de fato passado com continuidade no tempo)	(com idéia de hipótese)
05	13	06

Conclusão

Há, neste conjunto de dados, um equilíbrio entre os dois usos em questão, já que a diferença entre o número de ocorrências do imperfeito e do futuro do pretérito para indicar hipótese é de apenas um dado. O que pode ser interpretado como uma maior incidência de traços de oralidade nesta modalidade de escrita aqui analisada – correspondências escritas com alto grau de formalidade, porém ditadas por seus autores a escrivães designados para tal tarefa. O que nos mostra uma ampla produtividade deste uso do imperfeito estudado por nós.

Não há como ignorar, nas correspondências analisadas, que seus escritores encontravam-se numa situação de ameaça em virtude do rápido crescimento do número de negros forros e sem perspectiva de trabalho, o que aumentava as tensões sociais e econômicas no Brasil colônia da época. Diante disso, escreviam ao Rei de Portugal para que este tomasse consciência da gravidade da situação, e já faziam, nesses mesmos comunicados, sugestões que julgavam serem as mais adequadas e eficientes para conter o problema crescente.

Há, nessas correspondências, a crença de que as soluções propostas eram viáveis e eficazes, o que faz com que expresse atitude de certeza de resultado, e o claro desejo de que fossem atendidos, diante do perigo que as pessoas corriam cercadas por aqueles nos quais já se havia incutido ódio e revolta contra a sociedade local. Por isso o falante se projeta para o universo dessas propostas criadas e fala delas com certa garantia de eficácia. O que reforça a idéia de que “toda verdade contida em um ato de fala traz consigo a avaliação do falante acerca das coisas do mundo” (SILVA, 2002, pág. 489, 4º §).

Mas a alternância entre essas formas não é, de forma alguma, aleatória. Ela se guia pelas necessidades expressivas dos falantes de acordo com suas diferentes necessidades comunicativas. Pois a língua é dotada de um dinamismo que a faz estar em constante transformação e que permite o recrutamento de formas pré-existentes no sistema lingüístico para codificar novos significados (ou reativar possibilidades de significado vinculadas à origem da forma em questão, como acontece com o futuro do pretérito cuja origem está vinculada a uma perífrase formada com o imperfeito). E esse fato prende-se à capacidade de o falante reconhecer que uma mesma relação pode ser desencadeada sob mais de uma forma diferenciada.

Fica, então, a questão que nos motivou a começar esse trabalho: há uma tendência de o imperfeito suplantar o futuro do pretérito na expressão da hipótese? Haveria, de fato, uma mudança Lingüística em curso? Devemos nos lembrar de que, segundo Tarallo (1990),

A mudança Lingüística não deve ser identificada com a difusão aleatória que resulte de variação inerente na fala. A mudança Lingüística inicia-se quando a generalização de uma dada alternância em um certo subgrupo da comunidade de fala entra em ação e assume o caráter de diferenciação sistemática. (p. 61, 1º §)

Defendemos, neste trabalho, que, enquanto a escola, entre outros veículos normatizadores da língua, transmitir a idéia de *status* elevado de língua padrão associada ao uso do futuro do pretérito, a oscilação entre este e o imperfeito (remetendo-se à hipótese) estará ligada à modalização entre formal *versus* informal. Exemplo desta noção de valor implícita na escolha entre essas formas verbais está na colocação de Bueno (1958, 178, 6º §):

Na língua clássica encontram-se alguns exemplos de imperfeito do indicativo pelo condicional: “Se elle viesse, eu sahia (Vieira). Machado de Assis abusou deste emprego, que não se recomenda, embora dele haja alguns exemplos segundo dissemos. Tal correlação de tempo parece-nos inquinada de galicismo.

O autor associa este uso a um vício de linguagem (galicismo – tipo de estrangeirismo, de aplicação mal vista pela norma culta da Língua Portuguesa). Mas o fato de termos encontrado, em diferentes períodos de nossa língua – além de exemplos da Língua Latina – é um indicativo de tendência à mudança – com a prevalência do uso do imperfeito para expressar o irreal –, caso o valor agregado ao futuro do pretérito deixe de ser disseminado pelos veículos reguladores de língua padrão.

ABSTRACT: This project has the objective of analysing the alternance between Past Imperfect tense and Future of Past tense in excerpts of correspondences between Portuguese Crown and authorities from the Crown in Brazil during the century XVIII. The analyse of this material is based on theoric presupposed of Variacionist Sociolinguistic, focalizing the processes of expression of the hypothesis through the mentioned verbal tenses.

KEY words: alternance; past imperfect tense; future of past tense; Variacionist Sociolinguistic.

Referências bibliográficas

- ALI, M. Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. 3ª ed. São Paulo. Edições Melhoramentos, 1964.
- ALMEIDA, Carla Maria Caralho de. et al. Os homens ricos das Minas nas malhas do Império Português. *Revista Eletrônica de História do Brasil*. vol. 7, nº 2, jul. a dez. de 2005.
- ASSIS, Machado de. *A semana*. Disponível em: <www.culturabrasil.org/machadodeassis.htm> Acesso em: 22 nov. 2006.
- BERGE, Dr. Fr. Damião et al. *Ars Latina: curso prático da língua latina*. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1946.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A Formação Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- CART, A; GRIMAL, P; LAMAISON, J; NOIVILLE. *Gramática Latina*. Trad.: Maria Evangelina Villa Nova Soeiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- COMRIE, B. *Aspect*. Cambridge: CUP, 1985.
- CAMARA JR. Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 32ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000 [1970].
- CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática Histórica: lingüística e filologia*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Ao livro técnico S/A, 1984.
- CUESTA, Pilar Vázquez e; LUZ, Maria Albertina Mendes da. *Gramática de Língua Portuguesa*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Ltda., 1971.
- FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- FILHO, Leodegário A. de Azevedo. *A língua portuguesa e a unidade do Brasil*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Filologia, 1999.
- GALVÃO, Vânia Cristina Casseb. De predicação matriz a operador evidencial. A gramaticalização de *diz que*. *Veredas – Revista de Estudos Lingüísticos*. Universidade Federal de Juiz de Fora, v. 8, n. 1 e n. 2, jan./dez. 2004, Juiz de Fora: Editora UFJF. pp.163-181.
- GUIMARAENS, Alphonsus de. *Poesias*. 2 vols. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1955.
- HALLIDAY, Michael A. K. & HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. 5ª ed. London: Longman, 1983.
- HOLANDA, Chico Buarque de. *Letras*. Disponível em: <<http://chico-buarque.letas.terra.com.br/letas/45140/>> Acesso em: 22 nov. 2006.
- HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2001.
- KOCH, Igedore V. e; SILVA, M. Cecília P. de Souza e. *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez Editora, 1995, 8ª edição.
- KOCH, Ingedore Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.
- LAKOFF, George; JONHSON, Mark. *Metaphors we Live By*. Chicago: Chicago University Press, 1980.
- LEÃO, Ângela Vaz. *O período hipotético iniciado por se*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1961.
- LONGO, Beatriz de O. e; CAMPOS, Odette de S. *A auxiliaridade: perífrases de tempo e de aspecto no português falado*. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. e; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

- MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Ensaio de Estilística da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão Livraria Editora Ltda., 1976.
- MOLLICA, Maria Cecília e; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- NUNES, Dr. José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa (fonética e morfologia)*. 6ª edição. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1945.
- PONTES, Eunice. *Metáforas temporais em Português coloquial*. In: PONTES, Eunice. (org.) *A metáfora*. São Paulo. Editora da Unicamp, 1990.
- _____. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972, 2ª edição.
- RAVIZZA, P. João. *Gramática Latina*. 14ª edição. Niterói: Escola Industrial Dom Bosco, 1958.
- ROSA, Carlota Maria. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SALGADO, Graça et al (coord.) *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1985.
- SILVA, Ademar da. *A sobreposição modal em IR + infinitivo*. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. e; RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.) *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- SILVA, A. *A expressão da futuridade na língua falada*. Tese de doutorado, UNICAMP. Campinas, 1997.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: morfologia e sintaxe (Repensando a Língua Portuguesa)* São Paulo: Contexto, 2001.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 2006.
- TARALLO, Fernanda. *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. Série Princípios. 5ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Aspecto verbal no português; a categoria e sua expressão*. Ed ver. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.
- ULTAN, R. *The nature of future tense*. In: Greenberg et al. (eds.), *Universals of human language III: Word structure*, vol. 3. Standford: Standford University Press, 1978, pp. 83-123.
- VOTRE, S., J. & NARO, A., J. *Mecanismos funcionais do uso da lingüística*. *Delta*, São Paulo: 1989, v. 5, p. 169-184.
- WEEDWOOD, Bárbara. *História concisa da lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- WEINRICH, H. "Tense and time", *Archivum Linguisticum*, 1970, part N. S. 1, pp. 31-41.
- WEINRICH, H. *Tempus: besprochene und erzählte Welt*. Stuttgart: Klett, 1964.
- Requerimento de Rita de Souza Lobo, 1779, Manuscritos Avulsos do Arquivo Histórico Ultramarino relativos a Minas Gerais. Microfilmados e Digitalizados – Cx. 115, Doc. 60

Artigo: A VARIAÇÃO DE USOS ENTRE PRETÉRITO IMPERFEITO E FUTURO DO
PRETÉRITO DO INDICATIVO NA EXPRESSÃO DA HIPÓTESE

Autora: Fernanda Cunha Sousa

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Endereço: Rua Olegário Maciel, nº 1930, apartamento 302C, bairro Paineiras, Juiz de Fora,

Minas Gerais, CEP.: 36016-011.

E-mail: fefajf@ig.com.br